

Brasil, esperança infinita.

Danichi Hausen Mizoguchi

No dia 25 de abril de 2020, meu filho nasceu. E se é evidente que há emoção e júbilo com a chegada de um novo rebento, os projetos e os sonhos para uma nova vida podem rapidamente virar pesadelos desesperados cujo cenário é o Brasil em que crescerá alguém nascido neste inesquecível, estranho e óbvio ano. Se estivéssemos apenas diante de uma fatalidade pandêmica, este já seria um momento suficientemente difícil para o país. Todavia, do centro mais importante do poder federal às relações cotidianas, a tristeza, a raiva, o ódio e o medo parecem ser afetos majoritários dos quais não escaparemos tão cedo.

Diante da cilada que o Brasil criou para si mesmo, o que inevitavelmente aparece em nosso horizonte é um país fraturado e bélico. É difícil acreditar que possamos deixar às próximas gerações um país mais alegre, mais fraterno, mais pujante e mais justo – um país mais interessado em enfrentar e mais apto a reparar as chagas que o constituem e estruturam há mais de quinhentos anos. Nesta conjuntura catastrófica, a famosa frase de Machado de Assis nas *Memórias póstumas de Brás Cubas* – “não tive filhos, não transmiti o legado de nossa miséria” – é um conselho de prudência quase incontornável: a insistência na vida corre o risco de se tornar apenas e tão somente um gesto narcísico absurdo e irresponsável de manutenção do próprio código genético, cuja culpa e arrependimento talvez jamais possam ser expiados.

Uma pesquisa simples na internet leva até alguns sites de laboratórios que fazem análise de DNA no Brasil. É quase uma dezena de opções, muito parecidas tanto no produto que oferecem quanto no preço que cobram. Avaliações com fins distintos, como a sexagem fetal, a parentalidade e as características farmacogenômicas estão no rol de opções de quase todos eles. Com o exame chamado de saúde e bem estar, por exemplo, pode-se saber as tendências genéticas da eficiência da dieta low carb, do ganho de massa muscular, da sensibilidade ao sol, do diabetes tipo II, da longevidade, da cera de ouvido e da habilidade matemática, dentre outras coisas.

O teste de ancestralidade global se propõe a mostrar as origens geográficas e étnicas de um código genético através da comparação da amostra examinada com as características de mais de quarenta povos ao redor do mundo. No exemplo dado pelo laboratório, além da demarcação continental ampla das origens, aparecem os percentuais de regiões específicas como Sardenha, Ibéria, Fenoscândia, Costa da Mina, Bayaka, Amazônia, América andina, Anatólia e Ásia Central – cada qual com uma breve descrição das características físicas e culturais da população e dos possíveis itinerários migratórios que cumpriram até chegar ao Brasil. Mesmo que um pouco desconfiado da acurácia do exame – até porque talvez não estivesse interessado exatamente nela –, decido comprá-lo.

Quando recebi a mensagem informando que os resultados já estavam disponíveis, não foi difícil entender de onde vinham os 18% de ascendência asiática, atribuídos em sua totalidade à região do Japão e da Coreia. Esta é uma linhagem que consigo recuperar integralmente, cuja narrativa começa com Danichi e Teru Mizoguchi. Meu bisavô era pastor protestante, e, durante o período da ocupação japonesa da Coreia, foi enviado junto com sua esposa para a cidade de Busan. Foi nesta cidade que, no dia 25 de junho de 1912, nasceu o primeiro dos sete filhos do casal: Toshio Mizoguchi, meu avô.

Todas as sanções que um império impõe à sua colônia também estiveram vigentes na relação entre os dois países entre 1910 a 1945: proibiram-se a língua, a música, as artes marciais, os nomes e tudo aquilo que se referisse à cultura coreana. É claro que esta não é a primeira nem a última vez que esse tipo de disputa fratricida se dá. Dramatizado na Bíblia com Caim e Abel, foi o que aconteceu também, apenas para citar dois exemplos recentes trágicos e grandiloquentes desta política da inimizade, nos conflitos étnicos dos Balcãs e de Ruanda no começo dos anos 1990. No documentário *Once brothers*, a dissolvência da Iugoslávia é narrada a partir do repentino afastamento de dois grandes amigos, os maiores e mais famosos craques da seleção nacional de basquete, o croata Drazen Petrovic e o sérvio Vlade Divac. Em *Meu pequeno país*, o escritor burundiano Gael Faye lembra que, muitas vezes, a diferença entre os hútus e os tútsis, que viviam no

mesmo território, falavam a mesma língua e tinham o mesmo deus, era tão somente o formato do nariz – e que isso de modo algum impediu um genocídio no país.

O que o resultado do teste me faz ver, porém, mais do que a força destrutiva de um embate quase familiar, é um empuxo vital que se transmuta em perguntas: quando olhavam para o futuro daquela região em disputa, o que será que Danichi e Teru Mizoguchi viam? Que existência sonhavam para aquele menino que nascia em meio aos rescaldos de uma guerra? Por que, afinal, insistir na vida em uma cidade ocupada e em tempos de disputa entre irmãos?

O trabalho do pai obrigava a mudanças frequentes de cidade na infância e na adolescência de Toshio. Quando ele era criança, a família se mudou para Hokkaido, a ilha mais setentrional do país, onde há gelo no mar, dezenas de vulcões ativos, ursos pardos e temperaturas que atingem quarenta graus negativos no inverno. Nos períodos de muita neve, a prefeitura abria uma trilha para que os estudantes e trabalhadores pudessem se deslocar cedo de manhã, e era assim que ele ia para a escola: no meio da escuridão, se esforçando para lembrar o caminho em uma espécie de túnel que não oferecia muitas referências a partir das quais se guiar. Toshio aprendeu a nadar no mar, e lembrava que no ensino da prática do Kendô, espada tradicional japonesa, o mestre batia com uma espada de bambu nas mãos dos alunos que erravam algum movimento.

Na adolescência, ele foi estudar próximo de Tóquio, em uma escola que era considerada uma das melhores do Japão à época. Todavia, quando prestou seleção para entrar na universidade, Toshio não foi aprovado, e diante das dificuldades financeiras geradas no mundo inteiro a partir do crash da bolsa de Nova York, e que atingiam de modo especial um Japão já empobrecido e com poucas oportunidades de emprego, os pais decidiram que ele teria de escolher entre duas opções: ou virar pastor ou deixar o país.

Este rapaz de dezoito anos recém feitos foi o único dos quatrocentos e cinquenta imigrantes japoneses que embarcou sozinho no navio La Plata Maru – e muitas décadas depois, ele ainda se lembrava da cena dos familiares que jamais encontraria novamente abanando e ficando cada vez menores à medida que o navio se afastava.



(Toshio na última foto tirada com os familiares antes de embarcar para o Brasil)

Certa vez, ele me contou que em dado momento da viagem um companheiro apontou para um traço no horizonte e lhe disse que aquela era a América. Não sei se isto é opticamente possível, mas é enternecedor imaginar os pensamentos e sensações que podem ter tomado alguém que naquele momento avistava integralmente a terra de seu futuro incógnito – o outro lado do mundo que aos poucos deveria se tornar o seu próprio mundo.

A edição do dia 10 de outubro de 1930 do Correio Paulistano informa que o navio partiu de Kobe, e passou pelas cidades de Yokkaichi, Yokohama, Hong Kong, Saigon,

Singapura, Colombo, Durban, Cidade do Cabo e Rio de Janeiro antes de chegar ao porto de Santos. No site do Museu Histórico da Imigração posso ler que meu avô chegou ao Brasil no dia 9 de outubro, mas foi registrado apenas dois dias depois – e que, talvez pelas dificuldades da língua, foi equivocadamente registrado como Toshi Mizoguchi.

Ele desembarcou no Brasil tão sozinho quanto embarcou no Japão, com pouquíssima bagagem e sem saber absolutamente nenhuma palavra em português. A primeira imagem que teve do país ao qual chegava foi de abundância tropical: uma carroça cheia de uma fruta que ainda não conhecia. Curioso em prová-la, deu algumas moedas ao vendedor, que lhe entregou todas as laranjas que tinha – em uma quantidade impossível de comer ou carregar sozinho.

Do porto, ele foi levado diretamente para a Colônia Aliança 3, uma fazenda cafeeira na região oeste do estado de São Paulo. Talvez Toshio tenha entendido rapidamente que nesta terra de abundância, onde em se plantando tudo cresce e floresce, nem sempre os excessos são compartilhados como as laranjas que ele distribuiu entre os companheiros de viagem. Os imigrantes contratados pela BRATAC – Sociedade Colonizadora do Brasil – não tinham autorização para sair da fazenda, e eram obrigados a fazer compras no mercadinho cujos proprietários eram os mesmos do empreendimento agrícola em que trabalhavam. Quando iam receber o salário, eram informados de que estavam com saldo devedor, e ao invés de ganhar o dinheiro referente ao serviço realizado, o valor do soldo era abatido do montante de dívidas contraídas com as compras de mantimentos e de roupas.

Um ano depois, com uma alergia na pele causada pela terra, cansado de ter de matar as cascavéis que abundavam no terreno, e, sobretudo, exasperado com o regime de escravidão, quando um amigo enviou uma carta avisando que havia oportunidade de trabalho no Rio Grande do Sul, ele decidiu que era a hora. Toshio fugiu da fazenda, pegou um trem até Santos e de lá um dos famosos navios Ita para Porto Alegre, tornando-se um dos primeiros japoneses a pisar em solo gaúcho.

Após uma rápida passagem pela capital, onde trabalhou na chácara do Colégio Cruzeiro do Sul em troca de teto e comida, Toshio mudou-se para a cidade serrana de Canela. Morava no sótão da casa da família alemã que o empregou, para quem realizava diversos serviços: encilhava os cavalos, capinava a roça, varria o pátio, descarregava toras de madeira dos caminhões e tudo mais que fosse preciso. Fez amigos na cidade, frequentava bailes, jogava em um time de futebol, praticava ginástica e inventava aventuras como mergulhar no poço da Cascata do Caracol – hoje o principal ponto turístico da cidade – porque disseram que era impossível, caminhar os mais de quarenta quilômetros entre Canela e Nova Petrópolis porque ouviu dizer que a vista era bonita e cruzar a nado uma barragem apenas para se exercitar.

Toshio levava uma vida razoavelmente boa em meio aos imigrantes alemães, mas quase dez anos depois de chegar à serra gaúcha, querendo dar mais uma reviravolta em sua vida, aceitou o convite feito por um estudante de Medicina de quem se tornou amigo para retornar à capital – e, percorrendo a pé os cento e vinte quilômetros que separam Canela e Porto Alegre, fez aquela que seria a última mudança de cidade de sua vida.

Rapidamente empregou-se na chapelaria Contieri, muito famosa à época, e que ficava defronte ao açougue do pai do estudante de Medicina. Ele morava em dos galpões da fábrica, e tornou-se muito próximo da família do proprietário: ficou amigo dos filhos e era convidado para comer a macarronada que a matriarca da família de origem italiana preparava todos os domingos. Foi fazendo chapéus que ele conheceu uma operária chamada Jecy Martinha Borges, por quem imediatamente se apaixonou e com quem se casou no dia 27 de junho de 1942.

É deste ramo genealógico que vêm os 15% de origens africanas que o exame detectou em meu DNA. Segundo aquilo que os resultados apontam, a maior parte de minha herança negra veio da região oeste do continente, da qual, entre o começo do século XVI e a metade do século XIX, mais de cinco milhões de bantus foram sequestrados e vendidos para trabalhar como escravos nas fazendas brasileiras. Em meus genes há também a marca dos Mandé – descendentes dos povos do Saara que originaram os impérios de Gana e de Mali –, da região da Costa de Mina – uma das principais origens

dos negros trazidos para o nosso país entre os séculos XVIII e XIX, quando quase um milhão de pessoas de distintas etnias como Iorubá, Jejê, Hauçá e Bornus foram majoritariamente destinados à Bahia – e, por fim os Nilotas – grupo étnico que inicialmente se instalou na região da bacia do Alto Nilo – e os oriundos da Senegâmbia – de onde 124.000 pessoas foram sequestradas e levadas principalmente para o plantio de cana-de-açúcar em Pernambuco e na Bahia, mas também para o Rio de Janeiro.

Antônia, minha trisavó, foi uma destas pessoas escravizadas. Ela aparece em uma fotografia do casamento de uma das suas netas, em pé, ao lado do noivo, vestindo uma blusa branca e uma saia preta. Cerca de dois metros à sua esquerda está Rita, minha bisavó, uma pessoa muito simples e séria, cuja rotina era acordar cedo, preparar o café do marido e dos filhos no fogão a lenha que ficava sobre o piso de chão batido da cozinha e fazer o serviço doméstico. No lado oposto da imagem, também com um vestido escuro, ao lado de Toshio e atrás dos filhos, está Jecy, minha avó, uma mulher muito ativa, que realizava as tarefas do lar, que tirou curso de cabeleireira e de costureira, que montou um pequeno instituto de beleza na sala de casa, que fazia cerzidos invisíveis para fora e cujos sonhos jamais realizados eram ser professora e ter uma casa com empregada doméstica.



(A foto do casamento)

Diferentemente da linhagem de meus antepassados asiáticos, a narrativa de minha gênese africana estanca bruscamente. É impossível recuperar informações específicas que, ao menos em alguma medida, possam restituir o fio da transmissão geracional anterior a Antônia. Não consigo saber quantas pessoas vieram da África, se eram homens ou mulheres, de que região eram, o que faziam, quais eram seus nomes, em que ano e onde foram raptados, que familiares lá deixaram para nunca mais encontrar, quem eram os sequestradores e a qual coroa prestavam contas, de que porto saíram, em qual navio negreiro fizeram o trajeto, qual foi o itinerário e quantos dias durou, quantos amigos e parentes morreram na viagem, quando e onde desembarcaram, em que lugar do Brasil viveram, quantos açoites e quantos estupros sofreram, de que fazenda fugiram, em que quilombo viveram, com que banzo tiveram de viver até o fim de suas vidas, quais eram seus sonhos, suas alegrias, seus amores, suas amizades, seus gostos, onde, quando e como morreram. Não há canção infantil que possa ser cantada, fotos de cidade que possam ser pesquisadas, lembranças de juventude que possam ser transmitidas nem semelhanças físicas que possam ser encontradas em fotografias antigas ou contatos pelas redes sociais.

Diante deste vazio narrativo e desta presença corporal e imagética, não parece casual encontrar uma recorrência nos endereços em que o casal formado por Jecy e Toshio morou em Porto Alegre. Imediatamente após a abolição, muitos escravos libertos se instalaram nas bordas dos casarões da atual Avenida Independência, e foi justamente para uma garagem deste logradouro que eles se mudaram em 1948. Três anos depois, foram morar na Travessa Comendador Batista, uma ruela no bairro Cidade Baixa que homenageia um português em cujo espólio consta o destino de dezenas de pessoas escravizadas, perversamente localizada nas bordas de um dos mais importantes territórios negros da cidade: o Areal da Baronesa. Por fim, em 1963 meus avós mudaram-se para a avenida Vicente da Fontoura, localizada em uma região que, antes de ser chamada de bairro Rio Branco, era conhecida como Colônia Africana – palco de manifestações festivas, artísticas e religiosas da cultura negra portoalegrense que aos poucos foi debelado pela especulação imobiliária e pelas remoções forçadas impostas por distintas gestões da prefeitura municipal.

Não convivi com minha avó, que faleceu alguns anos antes de meu nascimento. Dela, assim como de minha bisavó e de minha trisavó, posso ver apenas algumas fotos nos álbuns de família hoje digitalizados. Todavia, parece ser esta a senda que segue quando, diante da herança genética que recebo matizada por outras misturas, posso

adivinhar ao menos um tanto da dor que sofreram quando lembro que meu pai foi, até se aposentar, o único professor negro das faculdades de arquitetura da Pontifícia Universidade Católica e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que quase não havia outros pais de sua cor no colégio de classe média de Porto Alegre onde eu e meus irmãos estudamos, que ele era um dos únicos com este tom de pele nas cadeiras cativas do Estádio Olímpico Monumental, onde íamos assistir aos jogos do Grêmio, que na saída de um deste jogos um taxista tentou trancar a mim e aos meus irmãos em seu carro e chamou a polícia por desconfiar que iríamos assaltá-lo, que nossa família já foi recusada em hotéis, que o recepcionista de um restaurante sugeriu que havíamos errado de estabelecimento quando solicitamos uma mesa, que eu sou parado em quase todas as fronteiras que cruzo fora de nosso continente e levado ao menos por um tempo para a sala onde ficam aqueles que não têm autorização para entrar no país e, diferente de mim, serão deportados – e que são, em sua maioria, africanos.

E diante desta fotografia, destes endereços, da história e do presente brasileiros, é impossível não perceber o milagre ateu de quem, vendo de frente as experiências mais cruéis que a humanidade impingiu a si mesma, como o racismo e a escravidão, ergueu-se com a dor e além da dor para afirmar a insistência na vida que pulsa sob recorrentes interrogações. Além das intenções e dos desejos, porém, é necessário também perguntar se de fato meus antepassados de origem africana apostaram na persistência genealógica, ou se na relação entre a casa grande e a senzala foram a violência e o abuso que fizeram com que novas gerações aparecessem nesta árvore genealógica. Que futuro essas pessoas que não sei nem nunca saberei quem são imaginavam para a prole quando sentiam e viam a barriga crescer, quando a embalavam no colo, quando a amamentavam, quando com ela fugiam de algum senhor de engenho, quando, de novo e mais uma vez, faziam com que outro descendente habitasse o país de Antônia, de Rita e de Jecy?

Como se não bastasse todo o horror da experiência nazista comandada por Adolf Hitler, a Segunda Guerra Mundial foi o conflito mais mortífero da história, responsável direto e indireto por aproximadamente 80 milhões de mortes – o que significa que cerca de 3% da população global faleceu em função dele. A presença do Japão na composição

do Eixo formado por Alemanha e Itália fez com que os recém casados Jecy e Toshio precisassem se refugiar na casa dos pais da noiva, na avenida Anita Garibaldi, por um longo tempo.

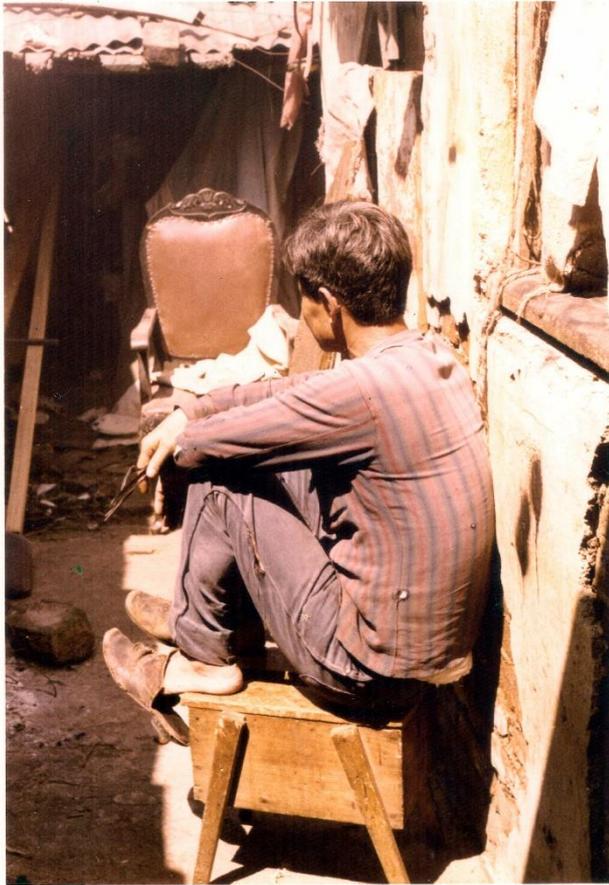
Foi em abril de 1943, durante este período absolutamente violento e incerto, sem saber o que poderia ocorrer pessoalmente com Toshio em meio ao conflito que matou três milhões de seus compatriotas, que meus avós tiveram o primeiro de seus seis filhos: Ivan, meu pai. A chegada da segunda filha do casal, Ione, ocorreu dois anos depois, poucos meses antes da explosão das bombas de urânio e de plutônio cruelmente atiradas pelo exército norte-americano respectivamente em Hiroshima e em Nagasaki.

Os cogumelos se ergueram no ar a nove quilômetros de altura e espalharam seu material em uma nuvem espessa de poeira radioativa. Não sei como meu avô recebeu esta notícia – talvez por rádio, talvez por jornal, talvez pelo comentário de algum conhecido. Todavia, foi certamente um acontecimento que, para além da tristeza pátria, fez com que ele cogitasse ter perdido amigos e familiares dentre os mais de 240.000 civis japoneses mortos – o que, em tempos de comunicação por cartas, deveria ser ainda mais apavorante.

Toshio havia nascido em uma cidade ocupada. Agora, seus primeiros filhos nasciam e cresciam em um momento de guerra mundial e de destruição do país que ele deixara havia uma década e meia para nunca mais voltar. E ao pensar nos efeitos disto tudo – nas crianças mudas telepáticas, nas meninas cegas e inexatas, nas feridas como rosas cálidas, na rosa radioativa, estúpida e inválida, na rosa de Hiroshima, sem cor sem perfume, sem rosa, sem nada –, talvez caiba indagar que sonhos, desejos e perspectivas fizeram com que ele e minha avó quisessem ter filhos no momento mais violento da história humana? Que futuro para o Brasil, para o Japão e para o mundo eles imaginavam naquele momento em que campos de concentração e bombas atômicas eram o mais puro extrato da experiência da espécie? Que insistência na vida era aquela que se dava quando o país que meu avô havia deixado para nunca mais voltar se via diante de um trauma daquele porte?

Com o fim da guerra, a vida de Jecy e Toshio aos poucos voltou ao normal. Em 1948, já com os dois filhos, mudaram-se para a garagem na Avenida Independência. Meu pai lembra que minha avó preparava em um fogareiro no chão a comida simples composta por arroz, feijão e um pouco de carne de segunda, e que meu avô colhia e comia uns brotos que recolhia nos taquarais que havia nas proximidades. De vez em quando, minha avó pedia que meu pai fosse à venda para buscar um quarto de linguiça para colocar no arroz, e nas poucas vezes em que sobrava algum dinheiro, meu avô ia ao Mercado Público buscar galinha, peixe ou um pedaço de bacalhau para incrementar a refeição.

Foi nesta garagem que Toshio abriu seu primeiro negócio: um pequeno balcão em que funcionavam ao mesmo tempo a lavanderia Metropolitana – onde alguns jogadores do Grêmio que moravam em uma pensão próxima deixavam suas roupas sujas – e uma banca que vendia revistas e jornais como, por exemplo, o Correio de Povo – cuja edição dominical meu pai entregava nos casarões da redondeza cedo pela manhã. Antes de serem passadas por meu avô e por minha avó, as roupas eram lavadas por lavadeiras no Hipódromo dos Moinhos de Vento, ao lado do qual havia vertentes de água que brotavam do chão. Todavia, a lavanderia não durou muito, e ele resolveu aprender o ofício do sogro, que era um estofador muito famoso na cidade à época. Depois de alguns anos trabalhando com ele e aprimorando a técnica, Toshio abriu o próprio estabelecimento, a Estofaria Toshio, em um galpão que ele mesmo construiu nos fundos da casa na Travessa Comendador Batista.



(Toshio na estofaria)

Havia muitos fregueses dos meios intelectuais gaúchos, dentre os quais uma das mais ilustres era Mafalda Veríssimo, para quem Toshio reformou a poltrona de estilo Berger que aparece em várias fotos do escritor Érico Veríssimo. Em certa ocasião, em uma reunião de uma importante instituição portoalegrense de formação psicanalítica nos anos 1990, em que se discutiam aspectos técnicos referentes ao uso do divã, uma das pessoas presentes, em tom de brincadeira, disse que não era possível realizarem aquele debate sem o seu Toshio, que era quem entendia de divã – e todos os presentes entenderam a blague, já que ele tinha feito os sofás sem encosto imortalizados no setting clínico por Freud para boa parte dos analistas presentes. Foi na estofaria, em quatro endereços diferentes, que ele trabalhou até os 94 anos, e de onde tirou o sustento para manter os seis filhos que ele e Jecy tiveram entre 1943 e 1961: Ivan, Ione, Irio, Irene, Ícaro e Ives.



(A família Borges Mizoguchi)

Ele sempre se deslocou pela cidade caminhando. Era assim que ia e voltava do trabalho três quilômetros distante de casa de segunda a sábado, era assim que saía aos domingos pela manhã em tantas vezes que o acompanhei, ambos quase calados, em andanças aparentemente sem um rumo. Andávamos quase sozinhos e muito juntos. O silêncio só era rompido por alguma pergunta importante, por alguma história breve ou por algum detalhe que passava despercebido. Assim, a quase ausência mútua de fala deixava o pensamento alheio apto a encontrar e forjar percepções próprias ao andar e olhar. Olhar, andar e pensar eram três das coisas que ele mais gostava de fazer: uma espécie de pulsão cinética, escópica e criativa que o levou a atravessar primeiro o mundo, depois o país, em seguida o estado e, por fim, a cidade, sempre curioso com aquilo que havia – até o fim.

Poucos meses antes de falecer, aos 96 anos, um blog especializado em cultura japonesa fez uma matéria sobre a vida dele. Quando a jornalista perguntou o que Toshio buscava em terras tão distantes, ele disse que queria que a sua vida fosse mais solta no Brasil do que era no Japão, e que veio em busca de liberdade. Quando ele faleceu, fui com meu pai ao cartório para fazer a certidão de óbito. Declaramos que ele não deixava nenhum bem – simplesmente porque as coisas que herdávamos jamais caberiam no formulário que tínhamos de preencher.

Quem ensinou o ofício que Toshio exerceu até quase o final da vida foi seu sogro. Acyilino Borges, meu bisavô, era um homem de feições marcadamente indígenas, natural da cidade de Jaguarão, na fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai. Por isso, soa estranho que os resultados do exame apontem apenas 3% de presença de povos originários de nosso continente em meu DNA. A identificação desta origem às regiões da Amazônia, da América do Norte e da América Central também causa surpresa – já que nenhuma delas se relaciona às etnias típicas da região onde meu bisavô nasceu.

Tudo talvez se explique pelo fato de que no banco de dados do laboratório não há registros genéticos dos grupos indígenas dos Pampas como, por exemplo, os charruas. Estes índios viviam em aldeias chamadas toldos, estruturas razoavelmente móveis adaptadas ao estilo de vida errante que levavam. Em abril de 1831, o primeiro presidente do Uruguai, Fructuoso Rivera, enviou convites a todas as tolderias para um encontro às margens do Arroio Salsipuedes – cujo nome é uma contração de sal si puedes, ou, em português, saia se puderes. A intenção divulgada da reunião era solicitar o auxílio dos índios na defesa das fronteiras do país recém criado, ameaçado pelas forças brasileiras. Durante a noite, enquanto os charruas dormiam, o exército uruguaio executou a emboscada perversa da qual nenhum deles deveria sair vivo. Alguns sobreviventes foram levados para Montevideu e escravizados. Quatro dos remanescentes da chacina foram levados à Europa para serem expostos em apresentações antropológicas circenses – e de lá nunca retornaram.

Até o começo do século XXI, era dado como certo que os charruas estavam extintos. Hoje, porém, sabe-se que eles não foram exterminados nem no massacre de 1831 nem nos continuados ataques realizados pelos colonizadores e pelos latifundiários. Parte deles conseguiu cruzar a fronteira com o Brasil e se instalar no noroeste do Rio Grande do Sul. Refugiaram-se e se esconderam em regiões impróprias para criação de gado, longe das sedes de estâncias, e lá se mantiveram até se tornarem invisíveis – e assim sobreviveram por quase dois séculos até que, liderados pela cacica Acuab, foram reconhecidos pela FUNAI em setembro de 2007 como etnia indígena brasileira.

Não sei e talvez nunca saiba se meu bisavô era descendente dos charruas ou de outro povo originário dos pampas também ameaçado de extermínio como os minuanos, os guenoas ou os yarós – ou ainda de outros povos aniquilados na região que compreende o Rio Grande do Sul, a Argentina e o Uruguai. Mas diante das tentativas reiteradas de um massacre que desde 1492 obteve tantos tristes sucessos que impedem

ou dificultam que essa origem seja discriminada em um exame de DNA, novamente as perguntas se repetem e se diferenciam: como e sob que ímpeto essas populações massacradas e escondidas insistiram na vida para que, por exemplo, quase duzentos anos depois do genocídio de Salsipuedes, reaparecessem vivos e fortes? Com que força – vinda de onde, de que perspectiva, de que divindade, de que transmissão ancestral, de que conexão terrena – se mantiveram olhando para os filhos, e para os filhos dos filhos, imaginando ainda um mundo melhor para os filhos dos filhos dos filhos mesmo que tivessem de permanecer invisíveis por tanto tempo adiando o fim do mundo?

Quase todo o percentual de origem europeia que os resultados do exame apresentaram – divididos majoritariamente entre a Europa Ocidental, o Leste Europeu à península ibérica e à Itália – advém do ramo genealógico de minha mãe. Sua bisavó, Ema Heidrich, contava que perdeu boa parte da audição após desfalecer sobre um monte de neve sob os tiros de canhão do embate sino-russo do qual escapou ao emigrar ainda criança da Polônia para o Brasil. Com a morte de seu marido Ernesto Brusamolin, vítima da gripe espanhola, Ema ficou muito pobre, e passou a trabalhar na sapataria do sogro para conseguir sustentar os quatro filhos – dentre os quais Magdalena, que, em função da falta de dinheiro, teve de trabalhar ainda muito nova como balconista na casa Sloper, uma loja de departamentos famosa no começo do século passado. Em 1920, aos 16 anos, ela se casou com um português chamado Arnaldo José da Costa, que imigrou para o Brasil porque um médico disse que aquela criança asmática não sobreviveria a mais um inverno europeu. Um ano depois das núpcias, nasceu Angélica, minha avó, que casou com Hélio Hausen – descendente de um alemão a quem foi dada a opção de sair do país após ser condenado à morte por desafiar as ordens de um oficial militar e que acabou vindo parar no Brasil – em 1941. Em abril de 1947, Angélica e Hélio tiveram sua segunda filha, Denise, minha mãe.

Ela e meu pai se conheceram em 1979. Eram tempos da ditadura militar iniciada em 1964 e recrudescida em 1968, com o AI-5, período em que ambos tiveram amigos presos e torturados e colegas expurgados, como, por exemplo, os nove professores da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde meu pai lecionava. O grupo de amigos com quem ele jogava futebol e joga até hoje, à época repleto de jovens de esquerda, teve, inclusive, um agente do DOPS infiltrado em uma das partidas.

A despeito do horror imposto pelo Estado brasileiro nos vinte e um anos que durou um dos períodos mais sombrios da república brasileira, com quase quinhentos mortos e desaparecidos, os três primeiros filhos do casal – eu, minha irmã Mayume e meu irmão Iuri – foram gerados ainda sob a vigência da ditadura militar – numa geração familiar que se completou em 1987, com o nascimento de minha irmã Lara. Quase na ponta final desta trama de insistências, as questões ainda se reiteram diferenciadas: por que, neste momento de exceção, em que a democracia e milhares de existências eram esmagadas pelo tacão das botas dos milicos, meus pais decidiram apostar em novas vidas? Com que liberdades imaginavam que viveríamos? Afinal, que futuro para o país e para o mundo imaginavam ao receber no colo a mim e aos meus irmãos?

Certa vez, Kafka disse que há esperança, esperança infinita – mas não para nós. Enquanto escrevo, meu filho – hoje com quase um ano – me observa. Ele não sabe que conto a história dos mais miseráveis legados de um país hoje acuado pelo coronavírus e por um governo que faz pouco caso das mortes às centenas de milhares de seus cidadãos. Ele não sabe que sou um professor universitário, que gosto de literatura e de cinema, da boemia, de jogar e de assistir futebol, e que quero que ele possa gostar de muitas coisas na vida. Ele um dia saberá, todavia, que recuperando a história daquelas e daqueles que vieram antes de nós, que enfrentaram guerras, escravidão, genocídios e ditaduras, é impossível se furtar a ver também a beleza de uma outra herança que insiste nele e no Brasil.

João me olha novamente, e agora sorri. Diante deste sorriso e desta trama, as perguntas destinadas a um passado que ainda ecoa aqui e agora encontram um prenúncio de resposta: talvez sempre tenha havido esperança, esperança infinita – e também para nós. Esperança infinita para tudo aquilo que transborda a nós, esperança infinita para tudo aquilo que em nós não somos nós, como um filho que nasce ou como o estranho país no qual insistiremos até que finalmente torne-se outro – ou até que seja destruído de vez.